

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 49/2021 CMRI**

Porto Alegre, 27 de julho de 2021.

**Recurso nº:** 003578-21-00

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - **SMAMUS**

**Relator:** Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **Procempa**

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Trata-se de pedido de “[...] *acesso externo ao processo SEI nº 21.0.000012208-1, cujo objeto é patrimônio - ben imóveis: próprios municipais - solicitação de informações.*” A solicitação foi apresentada, inicialmente, em 25 de fevereiro de 2021 (doc. 14438949).

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

A SMAMUS, inicialmente, afirmou que não poderia atender ao pedido, já que envolveria “[...] *demanda sensível a gestão do espaço da SMAMUS, que poderá ser fase interna de licitação para futura contratações.*” Após, afirmou que o processo solicitado teria perdido o objeto e seria arquivado, de modo que estaria superado o questionamento (doc. 14438949).

### **1.3 Razões do recorrente**

Em sua argumentação, o(a) Requerente alegou que “[...] *o arquivamento do referido processo não é justificativa para negar acesso a seu conteúdo, que segue existindo como registro e memória da atuação do poder público e, portanto, passível de ser requerido pelo cidadão.*” Ao final, reiterou o pedido de acesso ao processo administrativo (doc. 14438949).

## **2. Análise de admissibilidade do recurso**

O recurso foi interposto no dia 26 de maio de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMAMUS, o que se deu no dia 21 de maio de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

## **3. Análise do mérito**

Embora a SMAMUS tenha, de início, afirmado que não poderia atender ao pedido com os argumentos de que envolveria “[...] *demanda sensível a gestão do espaço da SMAMUS, que poderá ser fase interna de licitação para futura contratações*” e de que o processo solicitado teria perdido o objeto e seria arquivado, cabe esclarecer que, após a interposição do recurso, o pedido foi espontaneamente atendido. Nessa direção, conforme despacho trazido no doc. 14866955, foi disponibilizado o acesso externo ao processo administrativo de autos nº 21.0.000012208-1 em benefício do(a) Requerente, pelo prazo de 15 dias.

Aliás, cumpre registrar que, com base no artigo 10, § 3º, da Lei nº 12.527 de 2011, não é necessário que o(a) Requerente apresente os motivos da solicitação de informação. Na verdade, veda-se quaisquer exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação, o que consagra o amplo direito de todos a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral.

Dessa forma, as justificativas apresentadas inicialmente pela SMAMUS não procedem. É que, por um lado, não tinham fundamento legal e, por outro lado, eventual arquivamento do processo administrativo não tem o potencial de afetar o pedido de acesso à informação, já que a Administração Pública não pode avaliar (nem exigir) a motivação do(a) Requerente. A SMAMUS não poderia concluir que o pedido estava “superado”.

Por fim, verifica-se que foi concedido o acesso pelo prazo de 15 dias, segundo despacho trazido no doc. 14866955. Entendo que o período de acesso é curto, pois já transcorreram 8 dias desde o mencionado despacho até a presente avaliação realizada por esta Comissão. Além disso, não há notícias de o(a) Requerente tenha obtido os autos. Por consequência, tenho como oportuna a concessão de acesso pelo prazo de 90 dias ou, pelo menos, até que o(a) Requerente confirme o acesso aos autos.

Dessa forma, entendo que procede o recurso interposto.

## **4. Decisão**

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso para que a SMAMUS disponibilize ao(à) Recorrente acesso ao processo administrativo de autos nº 21.0.000012208-1 pelo prazo de 90 dias ou, pelo menos, até que o(a) Requerente confirme o acesso aos respectivos autos.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

### Recurso CMRI 003578-21-00



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 27/07/2021, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 27/07/2021, às 14:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14937974** e o código CRC **2A4EE66F**.

---

21.0.000057358-0

14937974v11